

Governo gera 183 mil empregos formais no 1º trimestre em SP

Setor de serviços lidera vagas criadas e estado registra o maior salário médio do país

O estado de São Paulo registrou a criação de 183.054 vagas de emprego com carteira assinada no primeiro trimestre de 2026, média diária de cerca de 2 mil novas posições, de acordo com dados divulgados pela Fundação Seade, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O desempenho positivo confirma a liderança paulista na geração de empregos formais no país, mantendo um saldo consistente em todos os períodos analisados.

Em março, foram criadas 67.876 vagas formais, enquanto no acumulado de 12 meses o estado alcançou 278.537 oportunidades de trabalho. Esses números representam 30% das vagas com carteira assinada criadas no país tanto no primeiro trimestre quanto no mês de março e 23% no período de 12 meses, consolidando São Paulo como o estado com maior saldo de postos formais do Brasil. Na região Sudeste, o estado foi responsável por 63,5% das vagas abertas no trimestre, destacando seu peso econômico no cenário regional.

O crescimento do emprego formal apresentou variações positivas em todos os períodos: 0,46% em março, 1,25% no trimestre e 1,92% no acumulado de 12 meses. Entre as cidades que mais geraram empregos em março estão a capital (22.988), Osasco (6.223), Campinas (2.392), Gua-



Divulgação/Governo de SP

Em março, o estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país, de R\$ 2.646,63

arulhos (2.191) e Ribeirão Preto (2.059). No trimestre, os destaques foram São Paulo (54.551), Osasco (8.445), Bauru (7.582), Guarulhos (5.827) e Campinas (5.766). No acumulado anual, a capital lidera com 106.808 vagas, seguida por Osasco (29.045), Barueri (12.912), Guarulhos (10.784) e Santo André (6.173), indicando concentração significativa de postos formais em gran-

des municípios do estado.

O setor de serviços foi responsável pela maior parte das contratações em março, com 49.475 vagas, destacando atividades de informação, comunicação e serviços financeiros, imobiliários e administrativos, que somaram 19.131 empregos. Transporte, armazenagem e correio abriram 14.638 vagas, enquanto administração pública, defesa, educação

e saúde responderam por 10.262 novas posições. A indústria geral gerou 8.197 vagas, com predominância da indústria de transformação (7.374). Outros setores como construção civil (9.595) e comércio, reparação de veículos e motocicletas (4.756) também contribuíram para o saldo positivo.

O salário médio de admissão em São Paulo atingiu R\$ 2.646,63 em março, valor 12,6% acima da

média nacional, de R\$ 2.350,83. Entre os estados brasileiros, Santa Catarina (R\$ 2.412,89), Distrito Federal (R\$ 2.404,07) e Rio de Janeiro (R\$ 2.323,62) aparecem como os que apresentam os salários médios mais elevados, mas ainda abaixo do registrado na liderança paulista. Na região Sudeste, o salário médio foi de R\$ 2.495,06, o maior do país.

No Brasil, o número de empregos formais criados em março foi de 228.208, 613.373 no trimestre e 1.211.455 nos últimos 12 meses. Na região Sudeste, foram 138.027 vagas em março, 288.598 no trimestre e 478.727 no acumulado anual. Esses números evidenciam a relevância de São Paulo no contexto nacional e regional, reforçando seu papel estratégico como motor da economia e do mercado de trabalho formal no país.

O crescimento contínuo do emprego formal, aliado ao maior salário médio de admissão, indica tendência de fortalecimento do mercado de trabalho paulista, com efeitos positivos sobre consumo, renda e atividade econômica. A liderança de São Paulo na geração de empregos, tanto em quantidade quanto em qualidade, mantém o estado como referência nacional e regional para oportunidades de trabalho, evidenciando a importância de políticas públicas e iniciativas privadas na manutenção de um mercado de trabalho dinâmico e em expansão.

Operação investiga empresas do transporte Ligado

Divulgação/Governo de SP

A Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE) e o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC) da Polícia Civil realizaram nesta quinta-feira (14) a Operação Caminho Protegido, voltada ao cumprimento de 14 medidas cautelares de busca e apreensão judicial em municípios do estado, incluindo Sumaré, Campinas, Guarulhos, São Paulo, Santo André e São Caetano do Sul, além de ações em Goiás.

A investigação apura indícios de uso de documentação possivelmente inidônea, inconsistências administrativas e atuação coordenada entre empresas privadas que atuam no transporte especial de alunos com deficiência, sugerindo irregularidades no serviço.

A operação decorre de auditoria da CGE no programa "Ligado", motivada por denúncia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP). Segundo a apu-

ração, um grupo de empresas com quadros societários comuns teria sido criado para contornar regras do edital de chamamento público da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), responsável pelo transporte de alunos com necessidades especiais.

O serviço "Ligado" oferece transporte porta a porta para estudantes da rede estadual e entidades conveniadas ou credenciadas pela Seduc-SP. Inicialmente operado por meio de convênio entre Seduc e EMTU, passou a ser gerido diretamente pela Seduc a partir de 2019. Com a extinção da EMTU em outubro de 2025, a Seduc assumiu a gestão do serviço, sub-rogou o chamamento público de 2023 e formalizou contratos em novembro de 2025, garantindo a continuidade do transporte.

Atualmente, o programa possui cerca de 790 veículos, atendendo aproximadamente 4.798 alunos

e 287 acompanhantes, totalizando 5.085 beneficiários.

O foco da investigação é o "Cluster Sumaré", originário da cidade de Sumaré, que atende em média 50 crianças por mês. Todas as empresas do grupo foram constituídas simultaneamente em 20 de dezembro de 2023, com sede em endereço de natureza residencial e comercial, sem capacidade para abrigar a frota operacional.

As empresas investigadas — JH Solução Transportes Ltda, Henrique's Transportes Ltda, JeM Irmãos Transportes Ltda e C.A.C. Transportes Ltda — teriam apresentado atestados de capacidade técnica possivelmente fraudulentos, emitidos no mesmo dia da criação das empresas, por companhias de familiares situadas em Aparecida de Goiânia (GO). O prejuízo potencial estimado nas ordens de serviço chega a R\$ 590.234,26.



Estima-se um prejuízo potencial de R\$ 590 mil